

NOSSA DIREITIZAÇÃO EM TRÊS TEMPOS: ORIGENS, AGORA E MAIS ALÉM

Alex Martins Moraes

Resumo

Este artigo busca fazer uma reflexão sobre o atual momento político do Brasil a partir de uma análise crítica do processo de redemocratização até os dias de hoje. No percurso analítico, o autor lança mão do conceito de *direitização*, de suas origens, causas e efeitos – inclusive epistemológicos.

Palavras-Chave: Democracia. Epistemologia. Direitização.

Meu povo é um mar sereno sob um céu tormentoso.
Em sua vida lenta pulsam os estrépitos do trovão.
Soube engendrar em seu seio as revoltas de outrora,
e quando chegar a hora, amanhã, também poderá
semear a seu bel prazer mil estrelas na aurora.

Alfredo Zitarrosa (tradução livre)

1. Prelúdio: a democracia como derrota da democracia¹

A Nova República começou oficialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Contudo, existe certo consenso em torno de que seu início político remonta à eleição indireta, via parlamento, de Tancredo Neves para a presidência da República, em 1985. Talvez compreendêssemos com mais facilidade a conjuntura atual situando o surgimento da Nova República um ano antes, em plena derrota do movimento Diretas Já². Ali se definiu a lógica geral do governo democrático no Brasil pós-ditatorial. A derrota em questão abriu caminho para o sistema político que

¹ As intuições e conceitos aqui apresentados resultam de debates recentes promovidos no contexto do coletivo Máquina Crísica - Grupo de Estudos em Antropologia Crítica (GEAC). É importante frisá-lo porque, às vezes, o uso da primeira pessoa do singular tende a obscurecer o fato de que qualquer exercício de pensamento constitui uma atualização possível de esforços eminentemente coletivos. Alguns dos argumentos evocados nesta intervenção foram desenvolvidos com mais profundidade em Moraes 2018a e 2018b.

² Diretas Já foi um movimento massivo que reivindicou a realização de eleições diretas para a presidência da República entre os anos de 1983 e 1984. Apesar da enorme presença popular nas ruas e da adesão de importantes lideranças políticas às mobilizações, o Congresso Nacional não aprovou a emenda constitucional que devolveria à população o direito ao voto. A realização das primeiras eleições presidenciais diretas ocorreria apenas em 1989, depois da promulgação, no ano anterior, na nova Constituição Federal.

padecemos atualmente em nosso país. Nesta linha de raciocínio, o pacto republicano surgiu da negação de um movimento de massas e da assimilação de seus líderes à elite do novo sistema político instaurado a partir de então.

Diante deste panorama, é lícito dizer que a institucionalidade democrática conformada no período pós-ditadura foi uma derrota da democracia, entendida, esta última, numa acepção menos frequente, porém válida, enquanto um campo popular genérico (por oposição à aristocracia) ou as dinâmicas organizativas intrínsecas a ele. A “Democracia Corinthiana”, capitaneada por Sócrates no ocaso da ditadura militar, preserva em sua denominação o sentido apócrifo da palavra democracia, aquele que jamais poderia condicionar a legitimidade política do poder de Estado. Desde o início dos anos 1980, o parlamento brasileiro se transformaria no lugar de uma pedagogia institucional baseada na depuração e na frustração das demandas das ruas. Ele exemplificaria, quantas vezes fosse necessário, quem são – e sob que condições – os verdadeiros e legítimos artífices da política nacional.

A democracia brasileira, entendida agora como regime administrativo, renasceu hermética a uma eventual “via de massas”. Em consequência disto, ela caminharia sempre à beira de soluções populistas e retoricamente autoritárias referendadas mediante eleição. Recordemos quem foi o primeiro presidente eleito por voto popular depois da derrota das Diretas Já: Fernando Collor, machão, verde e amarelo, caçador de marajás. Collor não representou o primeiro fruto de uma democracia imatura, mas sim o primeiro sintoma visível da derrota da democracia. Ele foi o rebento legítimo de um processo pedagógico e restaurador que, quase três décadas mais tarde, viria a replicar-se com muita nitidez, abrindo caminho à gestação de Bolsonaro – e dos *bolsominions*³.

2. Origens: o progressismo como ovo da serpente

A reiteração mais recente da pedagogia perversa que acabo de evocar ocorreu em 2013. Refresquemos a memória.

³ Dado o propósito deste texto – e do dossiê, de modo geral – os organizadores optam por manter o tom ensaístico dos autores, mesmo que isso vá de encontro, por vezes, às práticas acadêmicas de praxe. Nesse sentido, entendemos que expressões como “coxinhas”, “bolsominions”, entre outras, empregadas ao longo deste dossiê, em que pesem serem expressões coloquiais e passíveis, elas mesmas, de maior reflexão sociológica, funcionam também como registro histórico das angústias de nosso tempo. Esperamos poder contar, assim, com a indulgência dos leitores, editores e pareceristas da *Somanlu*. (*Nota dos organizadores do Dossiê*).

Em Junho de 2013 a imagem de um mundo feliz vacilou. Uma onda massiva de protestos populares motivados por inquietações variadas pôs fim ao amplo consenso social organizado em torno dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT)⁴. Naquela ocasião, as pessoas pediam melhores serviços públicos e clamavam por um sistema de transporte urbano menos condicionado pelas leis do mercado; alguns também denunciavam os abusos cometidos em nome das obras de infraestrutura destinadas a converter as principais capitais do país em “cidades sede” da Copa do Mundo de 2014. O clima de protesto cultivado em Junho repercutiu ao longo de todo o ano de 2013, difratando-se em greves selvagens e na ocupação de parlamentos estaduais e municipais. Aferrados ao antigo consenso governista, os próprios líderes da esquerda partidária – entre eles a então presidenta da República, Dilma Rousseff – acabaram construindo provas cabais de que algo estava mudando dramaticamente em sua lógica de exercício do poder. Para sustentar uma legitimidade política cujos fundamentos estavam postos em questão, a esquerda governista decidiu confluir no que poderíamos chamar – tomando emprestada uma denominação presente no *18 de Brumário* e atualizada por Bruno Cava para a conjuntura brasileira – “Partido da Ordem”.

Este “partido” oficioso teria “unific[ado] a esquerda e a direita partidárias contra a multidão” (Cava 2016: s.p.). Tratava-se de uma coalizão informal composta pelo PT, seus aliados no campo “progressista” e as forças políticas mais conservadoras encasteladas há décadas no aparelho de Estado. Um pouco mais tarde, eles receberam adesão da imprensa burguesa, que já não suportava as explosões de violência e a confusão programática nas quais os obstinados manifestantes costumavam incorrer. O Partido da Ordem operou em dois flancos: o repressivo e o institucional. Por um lado, referendou a implementação de uma série de dispositivos de controle social emblemáticos pela chamada “lei antiterrorismo”. Por outro lado, decidiu que a superação da conjuntura sublevatória inaugurada em 2013 não poderia incluir nenhuma abertura substancial do sistema político para novas modalidades de participação popular.

⁴ Mesmo em meio à euforia neodesenvolvimentista, não era impossível entrever a dependência externa e a barbárie interna que se insinuavam por detrás dos grandes avanços sociais assegurados pelo ciclo progressista. Ver, por exemplo, as reflexões desenvolvidas por Ailton Krenak (2016), Eliane Brum (2016) e a equipe Le Monde Diplomatique Brasil (2014) a respeito das facetas mais violentas e excludentes do neodesenvolvimentismo brasileiro. Um conjunto de análises sobre o esgotamento e as inconsistências da “narrativa progressista” na América do Sul foi publicado em Mendes et al., 2016.

É verdade que os grandes meios de comunicação foram decisivos no que diz respeito à normalização do descontentamento popular, procurando canalizá-lo com uma retórica moralista que pedia todo o poder à Polícia Federal e ao Ministério Público. Contudo, esse trabalho de normalização teria sido mais difícil se o Governo Federal não tivesse se negado a estabelecer uma sinergia efetiva com as demandas cultivadas nas ruas. Para a burocracia do Palácio do Planalto aquele ainda não era o momento de se arriscar no terreno da experimentação política. O custo de não correr riscos em 2013 foi cobrado três anos depois, às vésperas do golpe parlamentar: quando realmente o projeto progressista viu-se ameaçado pela insubordinação de sua heterogênea “base” parlamentar, já era impossível convencer as pessoas a respaldá-lo nas ruas. Desde 2013 o progressismo encontrava-se totalmente enclausurado nas fronteiras do Partido da Ordem e este último, por sua vez, hegemonizava a política institucional, incidindo com força no próprio horizonte programático do segundo governo de Dilma Rousseff.

Conscientes de que a crise internacional era um bom momento para subir a aposta, os setores mais conservadores do Partido da Ordem patrocinaram um atrevido golpe de Estado que veio a consumir-se em 31 de agosto de 2016, quando o Senado destituiu a presidenta da República e colocou Michel Temer em seu lugar. Se a *direitização* da esquerda partidária já era perfeitamente nítida em 2013, então depois do golpe de 2016 foi a *desesquerdização* do Estado que começou a esboçar-se com mais clareza. É verdade que a amputação da mão esquerda do Estado já vinha sendo operada desde o breve segundo mandato de Dilma, mas seus efeitos tornaram-se mais contundentes, coerentes e sistemáticos sob Temer. Quem morreu abraçado ao discurso e à estratégia progressistas não consegue entender como as coisas chegaram a esse ponto e costuma censurar insistentemente a “irresponsabilidade” dos que saíram às ruas em 2013. Quanto a mim, continuo fiel aos acontecimentos de Junho e a tudo o que eles revelaram não apenas sobre a inconsistência do projeto lulista, mas também sobre a possibilidade de sua superação positiva. Por essa razão, não me resta alternativa senão identificar no atual aprofundamento da *direitização* do aparelho de Estado um efeito da *direitização* da própria esquerda partidária, que se arrogou à tarefa de aplacar os movimentos sociais e de promover a representação pontual das necessidades econômicas de sua base eleitoral dentro dos limites estreitos da governança neo-republicana.

O limite do progressismo talvez não seja totalmente exterior ao seu projeto de governo, mas sim algo que vem de dentro e que está relacionado com a banalização da capacidade criativa e transformadora desenvolvida no seio dos grandes processos de mobilização coletiva. De acordo com esta hipótese, ainda poderíamos sugerir que a direitização do campo social não decorre unicamente da ação de forças políticas abertamente reacionárias que, com o apoio dos meios de comunicação hegemônicos, conseguem disseminar suas respectivas narrativas em camadas cada vez mais amplas de uma população frustrada. Se tais relatos encontram na subjetividade popular um terreno apropriado para florescer, então é possível que as condições ideológicas para a sua adequada recepção já estivessem postas de antemão. A direitização prolifera onde não existe outra política visível senão aquela que encontra suas condições básicas de realização no respeito absoluto às hierarquias existentes e na aceitação das regras de governança impostas pelos poderes fácticos. Trata-se de uma política que tem por premissa a impotência generalizada dos que não ocupam as posições de comando distribuídas pela ordem socioeconômica atual. Partindo desta premissa, tal política reduz o debate e a solução dos problemas coletivos a um conjunto muito limitado de instituições e sujeitos de fala autorizados. A partir de 2013, o PT legitimou o *modus operandi* da política em questão, mas quem poderia personificá-lo de forma cabal ainda estava por chegar.

Há muitos anos não vemos emergir no Brasil nenhuma esfera pública significativa na qual as aspirações populares pudessem ser amplamente discutidas e sistematizadas mediante plataformas políticas abrangentes. Infelizmente, durante seus governos, o progressismo não se dispôs a impulsionar experiências dessa natureza, ainda que, em seus primeiros anos de existência, o PT tenha empreendido esforços notáveis no sentido de cartografar os desejos coletivos em toda a sua densidade. O próprio Fernando Haddad relembra tais esforços num livro inspirador, publicado em 1998 pela editora Vozes sob o título de *Em defesa do socialismo*. Ali, o autor descreve o PT dos anos 1980 como uma espécie de “psicanalista social” que não se apresentava às “classes dominadas” com “fórmulas prontas”, mas “observava o movimento social mais arrojado, organizava suas pautas e eventualmente dava caráter geral às reivindicações particulares” (Haddad, 1998, p. 56). “Onde havia um sopro de vida social criativa – escreve Haddad – lá estava o PT aprendendo a ouvir” (ibid.). Contudo, já naquela época, o autor constatava com ares melancólicos que o

“psicanalista social estava precisando de uma boa terapia”, pois tendia erroneamente a atribuir às suas virtudes responsabilidade pelo seu fracasso eleitoral (ibid).

Não tenho intenção de sumarizar, aqui, o caminho errático que levou o PT da condição de analista à posição de paciente quase irre recuperável. Só pretendo sinalizar que a orientação estratégica do maior partido de esquerda do país é um dos fatores que explica a defasagem entre os desejos cultivados nos mais diversos espaços de nossa sociedade e a formulação de prescrições políticas que valham para todo o povo. Atualmente, Jair Bolsonaro manipula com cinismo essa defasagem. De forma algum ele pretende desfazê-la. Durante sua campanha presidencial, Bolsonaro pretendeu capitalizar uma efervescência desejante cujos critérios de realização ele sequer conhecia realmente. Não surpreende que, hoje em dia, quando se trata de debates controversos, relacionados à gestão macroeconômica, o capitão proteja-se silencioso detrás dos ombros dos super ministros: sua única chance de preservar por certo tempo algum apoio popular passa por manter uma forte ambiguidade retórica. Em poucas palavras: não pode haver clareza no discurso da extrema-direita para que as pessoas continuem esperando algo dela.

3. Agora: estado de decepção

Bolsonaro não expressa ideias unívocas, mas possui uma estética bastante nítida: é violento e inflexível na defesa da ordem. Sua mensagem, portanto, está bem definida (e todos nós já a compreendemos): bem-vindo seja qualquer desejo violento e intransigente de ordem; qualquer desejo de viver em paz exatamente esta mesma vida que estamos vivendo – ou, no máximo, uma vida um pouquinho melhor. Aqui há uma proposição concreta que poderia ser sintetizada do seguinte modo: “nada mudará em suas vidas, mas defenderemos o pouco que sobrou, o pouco que foi conquistado com muito esforço, com muito trabalho. E a polícia nos ajudará”. Bolsonaro flerta com desejos diversos e contraditórios de ordem, de estabilização, de normalização. A apologia inconsequente da ditadura é só a grande metáfora de uma estabilização imediata, a todo custo, daquilo que restou depois da morte de qualquer esperança.

O capitão da desesperança conquistou seus tristes votos com a promessa medíocre e petulante – porém concreta – de que a vida continuaria sendo mais ou menos o que é, sob o olhar vigilante de um aparelho repressivo robustecido. O discurso anticomunista, o racismo latente e a homofobia explícita não conquistaram os votos decisivos, só asseguraram a adesão de uma base eleitoral reacionária construída em camadas minoritárias – ainda que significativas – da população⁵. Assim como o lulismo intransigente do primeiro turno assegurou para Haddad os votos mais fiéis ao discurso do PT, o anticomunismo virulento assegurou para Bolsonaro a fidelidade da direita nacional. Contudo, os votos da maioria do eleitorado só foram de Bolsonaro graças à promessa de uma paz social monótona e armada; de um tempo para respirar ar poluído enquanto a polícia aplaca a “bandidagem”.

Bolsonaro soube flertar com a capacidade das pessoas de *direitizarem-se*, mesmo sem estarem identificadas previamente com a direita. E a direitização talvez não seja outra coisa senão aquilo que vivemos quando uma ampla sublevação é derrotada. Direitizar-se significa perder um possível e voltar a ser o que se era na partilha existente dos bens, dos poderes e das visibilidades. Esta constatação remete a um diagnóstico que, à primeira vista, não parece muito alentador: é como se, uma vez esgotadas as possibilidades radicais de alcançar uma vida mais satisfatória, já não houvesse nenhuma alternativa além daquelas que asseguram a estabilidade do *status quo*. Mas não convém ler neste diagnóstico um chamado à resignação. Ele é, pelo contrário, uma exortação à confiança serena e atenta na verdade mais elementar que um processo como o de Junho de 2013 herda aos que se dispõem a recordá-lo, inclusive depois das derrotas. Trata-se de uma verdade que sinaliza a radical insuficiência das alternativas atualmente existentes, mesmo quando tais alternativas pretendam, de forma arrogante, monopolizar o sentido de nossas ações e de nossa capacidade imaginativa.

Dito isso, é necessário sublinhar que a direitização não constitui um problema que devemos resolver *nos* outros, como se estes outros fossem pessoas confusas que pedem socorro; pessoas que estão à espera de respostas convincentes cuja

⁵ Uma pesquisa do Datafolha realizada em dezembro de 2018 indicou que 71% dos brasileiros eram favoráveis à abordagem, em salas de aula, de “assuntos políticos”. Já 54% dos entrevistados respaldavam a educação sexual nas escolas (Folha de São Paulo, 2019a). Segundo a mesma pesquisa, 60% dos entrevistados mostravam-se desfavoráveis à privatização de estatais e 57% deles discordavam total ou parcialmente da redução de direitos trabalhistas (Folha de São Paulo, 2019b).

formulação dependeria, antes de mais nada, da perspicácia intelectual dos *think tanks* progressistas. Quando achamos que a solução para o reacionarismo das pessoas está fora delas, em alguma panacéia programática ou artifício discursivo, começamos a fazer parte do mesmo problema que pretendíamos resolver. Em poucas palavras, nos direitizamos. Superar a direitização não passa por apresentar uma interpretação arbitrária dos balbucios confusos das massas àqueles que, supostamente, poderiam dar-lhes um brinquedo adequado. No final das contas, ninguém está confuso e as alternativas já estão dadas. Se este cenário nos desagrade, então deveríamos modificá-lo através da politização paulatina de desconfortos pessoais e coletivos que ainda não possuem uma política a sua altura. É necessário, parafraseando Peter Hallward (2005), cristalizar aspectos inconsequenciais dos sujeitos em novas prescrições políticas consequenciais, enunciáveis e verificáveis por meio da ação e do engajamento. Só depois disso seria adequado pensar na construção de um programa político rejuvenescido e abrangente.

O voto na extrema-direita não foi um pedido de ajuda da massa perplexa. Foi, pura e simplesmente, um voto na extrema-direita, ou seja, uma aposta eleitoral nas medíocres possibilidades que o reacionarismo apresenta à população. Ocorre, contudo – e aqui reside nossa tênue esperança –, que tais possibilidades são não-todas, isto é, não representam tudo o que alguém pode chegar a desejar, querer e ser. Recomeçar a política pela esquerda não requer que aprendamos a flertar hipocritamente com os terrores e ódios das pessoas, mas sim que procuremos reorientar a sua – e a nossa – atenção para outras preocupações que o dólar baixo, a carteira de trabalho verde e amarela, a redução da carga fiscal do empresariado, as armas, os produtos importados, o antipetismo e o moralismo vazio simplesmente excluem da política. Em suma, trata-se de formular uma problemática política radicalmente nova, ombro a ombro com os demais. Esta tarefa não é fácil, mas é a tarefa da esquerda.

4. Mais além: primeiramente, questão de método

Quando a direitização generalizada – tanto da esquerda parlamentar quanto das “massas” – sedimenta um cenário complicado, eivado de incerteza, creio que a única contribuição honesta que um praticante da pesquisa social pode oferecer aos seus contemporâneos é uma contribuição de ordem metodológica. O desafio de

procurar saídas autênticas ao nosso próprio tempo, construído sobre a derrota sistemática da “via de massas”, convoca-nos à prospecção de novos possíveis, ou seja, à identificação das prescrições populares que caracterizariam a abertura de uma nova situação, tanto no pensamento, como na prática. Este procedimento tem pouco a ver com perguntar às pessoas o que elas desejam ou qual a sua opinião sobre este ou aquele assunto para, logo em seguida, formular ditames políticos de gabinete na esperança de que algum partido se sensibilize. A epistemologia de certas ciências sociais tem dificuldades para assimilar uma premissa de análise que constitui, a meu ver, o ponto de partida para responder à pergunta sobre “o que fazer” em uma conjuntura que nos desagrade. A premissa em questão reza simplesmente o seguinte: as pessoas *pensam*⁶. Dizer que as pessoas pensam não é sinônimo de afirmar que elas são meras portadoras de opiniões ou vontades no concernente às agendas políticas e às formas de realização coletiva já existentes. Pensar é outra coisa: consiste em definir problemáticas novas em tensão com as problemáticas dadas.

Por exemplo, pedir uma intervenção militar é da ordem do pensamento, por mais que doa admiti-lo. Contudo, este pensamento não tem nada de original, porque identifica a solução de um problema existente – digamos, a violência, a corrupção, o som alto do vizinho, o aumento do preço do combustível – numa saída pré-fabricada que sequer supõe, em sua realização, a participação de quem a exige. Aqui, estamos diante de um pensamento que prefigura a transformação possível de uma conjuntura indesejável conjurando poderes já existentes nesta mesma conjuntura – a saber: os militares. Por outro lado, dizer – como se dizia em 2013 – que “os ricos devem pagar a conta”, que as escolas e hospitais devem ser “padrão FIFA”, ou ainda, que a “passagem não vai aumentar” porque o “poder popular está na rua”, constitui expressão de um pensamento original. Tratava-se de saídas inéditas – até mesmo absurdas, do ponto de vista do *status quo* – sustentadas por sujeitos inéditos, mesmo quando tais sujeitos se autodenunciassem com nomes aparentemente familiares: “o povo”, “o poder popular”, etc. O que se prescrevia em 2013 não podia ser realizado por um sujeito pré-existente, daí sua autenticidade

⁶ O antropólogo Sylvain Lazarus (1996) explora as radicais consequências epistemológicas que se extraem do axioma “as pessoas pensam”. Segundo o autor, pensar não é “representar” o mundo, mas sim desafiar sua suposta objetividade através de enunciados que opõem aquilo que “é” àquilo que “pode ser”. O pensamento, entendido nos termos de Lazarus, seria a fonte de novos cursos de ação e formas de subjetivação.

enquanto problemática política. Era necessário formar um sujeito coletivo que se encarregasse das prescrições enunciadas à época.

Os megafones e carros de som de 2013 silenciaram faz algum tempo, mas isto não significa que as pessoas deixaram de pensar originalmente, isto é, de acordo com pressupostos que redefinem de fato a distribuição atual dos poderes e das visibilidades. Ocorre, contudo, que hoje em dia esse pensamento não está, por assim dizer, ao alcance da mão. Ele foi amplamente deslocado pelo primeiro tipo de pensamento que apresentei no parágrafo anterior: um pensamento cujas imagens salvíficas, extraídas das entranhas do *establishment*, são atualmente o *juiz* Moro, o *capitão* Bolsonaro, o *deputado* Onyx, o *banqueiro* Guedes e, eventualmente, o *general* Mourão. De qualquer forma, se quisermos sair do horizonte frustrante que essas figuras sinistras prenunciam, precisamos estar dispostos a encontrar, nos interstícios da atordoante parafernália midiática organizada em torno do atual governo, a persistência tenaz da originalidade intelectual das pessoas.

Um esclarecimento: quando escrevo “as pessoas”, não estou utilizando um eufemismo para “classes populares”. As pessoas podem ser qualquer um: eu, tu, a dona Maria e até o meu vizinho, o seu Pedro, um nostálgico da ditadura que construiu “ilegalmente” sua casa sobre os terrenos de uma empresa dedicada ao negócio imobiliário. E se eu decidisse conversar com o seu Pedro para definir, junto com ele, uma posição compartilhada sobre a ocupação de terrenos privados? E se, no final das contas, esta problemática for muito mais sensível para ele do que quaisquer especulações sobre as virtudes de uma intervenção militar, agora tão na moda em certos círculos da “nova direita”? E se as conclusões que seu Pedro e eu compartilharmos vierem, inclusive, a esvaziar o sentido de qualquer fantasia policialesca e autoritária? Nada está assegurado, mas vale a pena arriscar-se a dialogar.

A pesquisa social só preserva algum valor político na medida em que possa tornar-se ferramenta de cartografia e veículo de simbiose com o pensamento original das pessoas – ou, voltando à terminologia de Haddad, com os “sopros de vida social criativa” que ainda persistem. E tal pensamento não é – ou não deveria ser tomado enquanto – objeto de interpretação e explicação, mas sim como uma luminescência que podemos identificar com cuidado neste cenário obscuro; uma luminescência sob cujo feixe podemos nos alojar para cultivar, ali, nossas próprias luzes. A pesquisa empírica e o trabalho de campo, corpo a corpo com os demais, estão em condições

de cartografar esta conjuntura pretensamente estável, expondo o pesquisador – que não necessariamente precisa ser um cientista social – a enunciados que dissolvem, talvez secretamente, a suposta estabilidade das soluções políticas referendadas pela eleição presidencial de 2018. Animar-se a empreender semelhante tarefa quem sabe constitua o primeiro passo para relançar, contra a desesperança, um trabalho sensível e orgânico de composição coletiva, à espera das futuras sublevações. E elas virão. O desafio, neste momento, é especificar sua linguagem... e seu pensamento.

Referências bibliográficas

BRUM, Eliane. Na política, mesmo os crentes precisam ser ateus. 2016. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/14/opinion/1457966204_346156.html?id_externo_rsoc=FB_CM>. Acesso em: 6 jun. 2018

CAVA, Bruno. O 18 de Brumário brasileiro. Disponível em: <<http://www.quadradosloucos.com.br/?p=5366>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

EQUIPE LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Um rolo compressor no congresso nacional ameaça os povos indígenas. 2014. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/um-rolocompressor-no-congresso-nacional-ameaca-os-povos-indigenas/>>. Acesso em: 6 jun. 2018

FOLHA DE SÃO PAULO. Conheça dez curiosidades do Datafolha acerca das propostas da escola sem partido. 2019a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/conheca-dez-curiosidades-do-datafolha-acerca-das-propostas-da-escola-sem-partido.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Brasileiro rejeita privatização, diz Datafolha. 2019b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/01/brasileiro-rejeita-privatizacao-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

HADDAD, Fernando. Em defesa do socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

HALLWARD, Peter. The politics of prescription. The South Atlantic Quarterly, v.104, n.4, 2005.

KRENAK, Ailton. Não foi um acidente. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/562162-nao-foi-um-acidente-diz-ailton-krenak-sobre-a-tragedia-de-mariana>>. Acesso em: 6 jun. 2018

LAZARUS, Sylvain. Anthropologie du nom. Paris: Editions du Seuil, 1996.

MENDES, Alexandre et al. (Orgs.). O fim da narrativa progressista na América do Sul. Juiz de Fora: Editar, 2016.

MORAES, Alex. Pesquisa social contemporânea e sensibilidades comunistas. Lavra Palavra. 2018a. Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2018/01/16/pesquisa-social-contemporanea-e-sensibilidades-comunistas/>>. Acesso: 11 jan. 2019

MORAES, Alex. Algunas pistas para operar a nuestro antojo (ahora que em Brasil las cosas ya no pueden ser lo que eran). Blog GEAC. 2018b. Disponível em: <<https://antropologiacritica.files.wordpress.com/2018/10/intervencion-alex.pdf>>. Acesso: 11 jan. 2019